



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

## ATA DA 17ª REUNIÃO DO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIDADES/CE

1 LOCAL, DATA E HORA: Auditório dos Inhamuns - Secretaria do Planejamento e  
2 Gestão do Estado do Ceará, localizada à Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n,  
3 Cambéa, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao vigésimo-oitavo dia do mês de  
4 abril do ano de dois mil e quatorze, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos  
5 membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a  
6 presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades/CE, Sr.  
7 Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1) Abertura, Informes, Aprovação da Ata da 16ª reunião  
8 e Aprovação da Pauta da 17ª reunião; 2) Realização da 1ª reunião ordinária dos Comitês  
9 Técnicos do ConCidades/CE; 3) Apresentação do IDECI; 4) Apresentação da Agenda de  
10 trabalho do Comitê de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social; 5) Apresentação  
11 da Agenda de trabalho do Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde; 6) Apresentação da  
12 Agenda de trabalho do Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Territorial e  
13 Integração Regional; 7) Apresentação da Agenda de trabalho do Comitê de Transporte e  
14 Mobilidade Urbana; 8) Eleição de Entidade do Segmento Movimentos Sociais e Populares -  
15 Entidade SUPLENTE; 9) Proposta de Alteração do Regimento do ConCidades -  
16 Aprovação das Resoluções Normativas; 10) Apresentação da Proposta dos Seminários  
17 Regionais - Aprovação da Resolução Recomendada; 11) Apresentação da Proposta do  
18 Pacto do Desenvolvimento Urbano - Aprovação da Resolução Recomendada; 12) Fundo  
19 de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri, Fundo de  
20 Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana de Fortaleza e Extinção do Fundo  
21 Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS; 13) Proposta de pauta para a próxima  
22 reunião. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes,  
23 representando os segmentos Poder Público Executivo; Poder Público Legislativo;  
24 Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais,  
25 Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não Governamentais, além de convidados e  
26 ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. Tendo em vista que no  
27 horário estabelecido para iniciar o evento ainda era muito pequeno o número de  
28 conselheiros presentes, o **Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do**  
29 **ConCidades/CE, Sr. Mário Fracalossi**, considerando a necessidade de dirigir-se a outro  
30 evento, solicitou ao **Sr. Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades/CE**, que  
31 fizesse a abertura da reunião e desse início aos trabalhos previstos em pauta. Assim, o Sr.  
32 Francisco Lopes procedeu à abertura da reunião, submetendo aos presentes a Pauta prevista  
33 para o encontro, comentando cada um dos itens que a cumpunham, tendo a mesma sido  
34 aprovada por unanimidade. Relativamente à Ata da 16ª reunião, distribuída a todos os  
35 conselheiros, na ocasião, para leitura prévia, sugeriu que fosse submetida à aprovação



**Governo do  
Estado do Ceará**  
*Secretaria das Cidades*

36 somente no início dos trabalhos do período vespertino, com o que todos os presentes  
37 concordaram. Dando sequência à pauta, Francisco Lopes deu início aos procedimentos  
38 para a realização da 1ª reunião ordinária dos Comitês Técnicos do ConCidades, exibindo,  
39 primeiramente, a composição de cada Comitê e identificando os membros que estavam  
40 presentes, orientando-os, em seguida, a acompanharem o(a) coordenador(a) de seus  
41 respectivos Comitês para se reunirem, separadamente, nos espaços destinados para aquele  
42 fim. Com o intuito de melhor orientar a execução dos trabalhos de cada Comitê, Francisco  
43 Lopes repassou a cada coordenador um modelo para a elaboração do seu respectivo Plano  
44 de Ação. Os Comitês estiveram reunidos até o final da manhã. Às 12:00h a reunião foi  
45 suspensa, em observação do horário destinado ao almoço. Às 13:10h, com a presença do Sr.  
46 **Mário Fracalossi, Vice-Presidente do ConCidades**, a reunião foi retomada, passando o  
47 **Secretário Executivo, Sr. Francisco Lopes**, imediatamente, para a breve leitura da Ata da  
48 16ª reunião, que já era do conhecimento de todos. Relativamente à questão do  
49 SINDUSCON, mencionada na referida Ata, o Sr. Francisco Lopes aproveitou para  
50 esclarecer que aquela entidade enviara ofício à Secretaria das Cidades, informando que  
51 desconhecia a pessoa que se apresentara na última Conferência Estadual como sua  
52 representante e, ao mesmo tempo, indicando seu representante oficial junto ao  
53 ConCidades/Ce, Sr. Clausens Roberto de Almeida Duarte, o qual se encontrava presente  
54 àquela reunião, já tendo participado, na parte da manhã, da 1ª reunião ordinária do Comitê  
55 Técnico de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social. Finalizada a leitura da Ata  
56 da 16ª reunião, a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando seguimento à Pauta, o  
57 Secretário Executivo do ConCidades passou a palavra a **Sra. Maria Esther Frota Cristino,**  
58 **Diretora de Apoio Institucional, do Instituto de Desenvolvimento Institucional das**  
59 **Cidades do Ceará-IDECI**, para dar início à apresentação daquele Instituto aos membros do  
60 ConCidades/Ce. A Sra. Maria Esther relatou que o IDECI é um órgão novo, criado a  
61 partir de uma demanda dos prefeito dos municípios, para apoiar tecnicamente as gestões  
62 municipais para, assim fortalecidas, conseguirem exercer sua missão de forma mais  
63 completa e eficiente. Em seguida apresentou o organograma daquele Instituto, esclarecendo  
64 o que compreendia cada Diretoria e cada Gerência, bem como suas finalidades. Apresentou,  
65 mais adiante, os principais produtos do Instituto, destacando a “Elaboração de projetos  
66 estruturantes e de impacto na economia local”, a “Regularização fundiária”, o  
67 “Observatório das cidades do Ceará” e a “Capacitação e formação dos servidores”, este  
68 último lançado no ano passado, em parceria com a Escola de Gestão Pública e com o TCM.  
69 Solicitada por um dos participantes a se deter mais no produto da Regularização Fundiária,  
70 esclareceu que foi iniciado um projeto piloto, para poder tentar regularizar as unidades  
71 habitacionais construídas pelo PROURB – Projeto de Desenvolvimento Urbano e  
72 Recursos Hídricos. Como o PROURB foi construído há dez anos, o IDECI contratou uma  
73 empresa para fazer um diagnóstico e dizer em que terreno estariam encravadas aquelas  
74 unidades habitacionais e se seriam terrenos públicos ou não, para, a partir daí, o IDECI  
75 decidir onde haveria recursos para regularizar. Após mais algumas colocações sobre o tema



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

76 da Regularização Fundiária, a **Sra. Ana Virgínia, do Movimento de Luta nos Bairros e**  
77 **Favelas-MLB**, questionou se a regularização fundiária iria começar pelo interior ou dentro  
78 de Fortaleza; se caso o empreendimento tivesse sido alterado pela população, isso impediria  
79 alguma coisa naquele processo ou se precisaria estar totalmente igual à forma como ele foi  
80 entregue; enfim, como funcionava aquele processo. A Sra. Maria Esther respondeu que cada  
81 caso é um caso, que quando o conjunto fosse diagnosticado e o IDECI fosse fazer a  
82 Regularização Fundiária iria decidir se a planta do conjunto seria refeita, com as alterações  
83 que os moradores tivessem feito, ou se regularizaria do jeito que foi construído, e que isso  
84 dependeria do diagnóstico e do recurso que fosse necessário para regularizar. Quanto a  
85 Fortaleza, o diagnóstico já havia sido iniciado. Dando continuidade a sua apresentação, a  
86 Sra. Esther passou a informar sobre o PRODEG-M – Programa de Desenvolvimento da  
87 Gestão Pública para os Municípios, cujo objetivo é oferecer capacitação e técnica de gestão  
88 aos servidores, consistindo, inicialmente, na realização de um diagnóstico da gestão e dos  
89 processos, para melhorá-los. Ao final, a Sra. Maria Esther apresentou um mapa das regiões  
90 percorridas pelo IDECI, nas quais o programa foi lançado, e se colocou à disposição para  
91 responder quaisquer perguntas. Na sequência, passou a palavra ao **Sr. Custódio Santos,**  
92 **Gerente de Projetos do IDECI**, para falar mais especificamente de alguns projetos. O Sr.  
93 Custódio, após uma breve contextualização do problema habitacional, informou que a  
94 partir da identificação de uma demanda reprimida muito grande na Caixa Econômica, sobre  
95 o problema da habitação rural e de várias reuniões com a área técnica da GIDUR,  
96 constatou-se que no ano anterior só tinham sido contratadas 300 habitações e o Estado do  
97 Ceará tinha ficado praticamente quase na lanterna dos estados, em termo de contratação do  
98 PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural. Então o IDECI se juntou com a Caixa e  
99 fez várias reuniões com as associações e prefeituras, e, juntos, resolveram elaborar um  
100 projeto para o PNHR e dar assessoria técnica às associações, às entidades que estavam  
101 propondo isso. Em seguida, apresentou fotos da primeira casa desenvolvida para o PNHR,  
102 acrescentando, mais adiante, que, hoje, já há quase quatro mil projetos na Caixa  
103 Econômica, com a marca do IDECI. Após apresentar outros projetos, como o “A Praça da  
104 Copa”, na verdade uma praça para grandes eventos para ser colocada em 6 municípios  
105 acima de 50 mil; “Pórticos dos Municípios”, “Memorial Coluna Prestes” e “Mercado do  
106 Pequeno Empreendedor”, este último, com expectativa de ser estabelecido em Maracanaú.  
107 Finalizando sua participação, o Sr. Custódio agradeceu a atenção e colocou-se à disposição  
108 de todos, no IDECI, disponibilizando os telefones de contato para quaisquer informações  
109 ou esclarecimentos adicionais sobre os trabalhos ali desenvolvidos. A palavra retornou ao  
110 **Sr. Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades**, que a franqueou ao plenário,  
111 para manifestação de alguma dúvida que pudesse ser esclarecida. Manifestou-se o **Sr.**  
112 **Francisco Erivaldo Gomes Oliveira, da Associação dos Agentes do Meio Ambiente de**  
113 **Pacatuba-AAMA**, que perguntou como faria para ter acesso, pelo menos à metade desses  
114 benefícios para a sua cidade, tendo em vista que lá não chegara nada ainda. **Sr. Custódio**  
115 **Santos, Gerente de Projetos do IDECI**, respondeu que o PNHR pode ser proposto



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

116 livremente por alguma associação local, entidade local ou a prefeitura do município e que o  
117 IDECI dá todo o apoio técnico para, então, a entidade entrar com o seu requerimento na  
118 Caixa Econômica. Acrescentou que essa informação poderia ser divulgada entre as  
119 associações, as quais poderiam comparecer ao IDECI e obterem melhores explicações sobre  
120 o tema. A **Sra. Maria Esther Frota Cristino, Diretora de Apoio Institucional do**  
121 **IDECI**, complementou, informando que Pacatuba estava incluída no diagnóstico, inclusive  
122 que era no conjunto Alto da Bailarina. O diagnóstico já estava em andamento, para ver se  
123 estava encravado em terreno público, pois o IDECI não tinha recursos para desapropriar, a  
124 não ser que negociasse com a prefeitura. Em seguida, manifestou-se o **Sr. Anderson**  
125 **Rafael, representante da Associação dos Municípios do Estado do Ceará-APRECE**, que,  
126 sobre o projeto do mercado para o município de Maracanaú, questionou o Sr. Custódio se  
127 estava em fase de planejamento ou se já havia a proposta de implantação, de execução da  
128 obra ou alguma outra coisa nesse sentido. Relativamente ao tema Regularização Fundiária,  
129 dirigindo-se a Sra. Maria Esther e a partir da informação de que a SEPLAG estava  
130 realizando a regularização fundiária dos imóveis adquiridos via COHAB, com um projeto  
131 inicial em Fortaleza, disse sentir falta da participação do IDECI, para que isso se ampliasse  
132 para os outros municípios, pois em Maracanaú, por exemplo, haviam dois conjuntos  
133 habitacionais da COHAB, ou seja, seriam doze mil e quinhentas unidades,  
134 aproximadamente, que estariam dentro do raio de abrangência do projeto. Finalizou,  
135 esclarecendo que se tratava apenas de uma observação que julgou pertinente fazer. Usando  
136 da palavra, o **Sr. Custódio (IDECI)**, em relação ao questionamento a ele dirigido,  
137 esclareceu que aquela área estava na faixa de domínio do DER e ela era uma área contígua à  
138 administração da Ceasa, portanto, informava que apresentariam o projeto à Ceasa e  
139 negociariam com o DER para que o aprovasse, permitindo, assim, ao IDECI, levar adiante  
140 o projeto. A respeito da Regularização Fundiária dos imóveis da COHAB, a **Sra. Maria**  
141 **Esther (IDECI)** informou que o Instituto não estava participando, pois a COHAB já tem  
142 um corpo técnico para fazer isso. Em seguida, a **Sra. Firmiana Santos Fonseca,**  
143 **representante da Universidade Regional do Cariri-URCA**, perguntou sobre o  
144 Observatório das Cidades, indagando se o mapeamento dos equipamentos teria semelhança  
145 com o Cadastro Técnico Multifinalitário, pois no município do Crato houve um grande  
146 problema com a questão do Software que foi utilizado. Dirigindo-se ao Sr. Custódio,  
147 perguntou, relativamente a questão dos projetos, no caso dos museus lá no Cariri, se seria  
148 também papel do IDECI realizar o acompanhamento da capacitação dos funcionários ou se  
149 ela só funcionava no início e depois o município é quem dirigia. A Sra. Maria Esther  
150 respondeu que, com o georreferenciamento, se pretendia saber onde estavam concentrados  
151 os melhores equipamentos e onde estava dando resultado a presença daqueles  
152 equipamentos, porque o Ideci tinha os indicadores, não se tratando, portanto do Cadastro  
153 Multifinalitário, que é uma questão muito municipal. Acrescentou, ainda, que o Cadastro  
154 Observatório seria para subsidiar o planejamento e as políticas públicas e que o Cadastro  
155 Multifinalitário já seria política pública de assessoria tributária. Em seguida, o Sr. Custório



**Governo do  
Estado do Ceará**  
*Secretaria das Cidades*

156 (IDECI), complementando a fala da Sra. Esther, disse que uma das coisas que o  
157 observatório iria ajudar era nas decisões do poder municipal, por exemplo, onde colocar  
158 uma creche, onde colocar uma escola. Quanto à questão do patrimônio, acrescentou que  
159 era mais ligado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não  
160 constituindo área de atuação do IDECI. Encerrada a participação do IDECI, o Sr.  
161 **Francisco Lopes** avançou na pauta, convidando o representante de cada Comitê Técnico a  
162 apresentar o resultado dos trabalhos de seu comitê, realizados no período da manhã, tendo  
163 o Comitê de Desenvolvimento de Habitação de Interesse Social, através da Sra. Ana  
164 **Virgínia (MLB)**, informado que, a partir dos temas debatidos, haviam sido feitos os  
165 seguintes encaminhamentos: a) disponibilizar para aquele Comitê, até o dia 10 de maio, a  
166 relação dos empreendimentos; previsão de entrega; e também relação dos equipamentos  
167 inseridos em todos os programas do “Minha Casa, Minha Vida-MCMV”; b) agendar visita  
168 do Comitê em todos os empreendimentos do “MCMV” e pensar num programa pós-social;  
169 e c) solicitar à Caixa Econômica Federal uma apresentação do programa Minha Casa,  
170 Minha Vida e do PNHR ao Conselho. Esclareceu, em seguida, que o prazo para realização  
171 das três propostas seria até a próxima reunião, em junho de 2014, e que foram tiradas outras  
172 propostas para a segunda reunião, subsequente, sendo a primeira a apresentação do  
173 programa “Papel da Casa”, pela COHAB, que seria demandada pela Secretaria das Cidades  
174 à COHAB; e a segunda seria fazer recomendação ao Governo do Estado para criar uma  
175 reserva de orçamento para a habitação de interesse social. O Sr. **Mário Fracalossi (Vice-**  
176 **Presidente do ConCidades)** interveio para elogiar a avaliação feita por aquele Comitê e  
177 reforçou a sugestão de se agendar a apresentação do programa MCMV, e cada uma das suas  
178 modalidades, inclusive as condições de acesso a cada uma delas, o que proporcionaria aos  
179 conselheiros divulgar essas informações nos seus municípios, nas entidades e tudo mais.  
180 Relativamente aos recursos destinados à habitação, acrescentou achar interessante que uma  
181 dessas atividades estivesse relacionada ao funcionamento da execução e o gasto do dinheiro  
182 público, para as pessoas poderem entender como o dinheiro público é aplicado, como é que  
183 se tem acesso ao recurso público para fazer, por exemplo, uma intervenção de habitação de  
184 interesse social, numa situação de calamidade, de catástrofe ou em outra situação que não é  
185 coberta, por exemplo, pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”. Finalizou dizendo que  
186 isso era possível de se fazer, sim, mas que, antes de fazê-lo, seria interessante que as pessoas  
187 entendessem isso, o que já se constituía pensamento da secretaria, no sentido de discutir o  
188 seu orçamento e o orçamento do estado com o Conselho das Cidades. O Sr. **Natanael**  
189 **Mota, da Federação dos Bairros e Favelas de Fortaleza-FBFF**, pediu a palavra e  
190 acrescentou que havia uma discussão na Assembleia Legislativa sobre o uso das multas  
191 aplicadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios-TCM, cujo destino da arrecadação feita  
192 ainda não estava definido. Sugeriu que se verificasse a possibilidade de essas multas aplicadas  
193 pelo TCM virem a migrar para esse Fundo de Habitação, se este fosse adequado, e finalizou  
194 enfatizando que achava valer à pena se debruçarem sobre aquela questão, com o intuito de  
195 viabilizar a destinação daqueles recursos para situações emergenciais. Na sequência, o Sr.



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

196 **Francisco Lopes** (Sec. Executivo do ConCidades), comentou que a questão legal deveria ser  
197 avaliada. O **Sr. Mário Fracalossi (Vice-Presidente do ConCidades)**, sobre o tema,  
198 complementou, sugerindo que o Tribunal de Contas dos Municípios fosse contatado sobre  
199 a possibilidade de fazer uma apresentação, em reunião do ConCidades-CE, sobre como era  
200 realizado esse processamento da cobrança das multas, para os Conselheiros poderem  
201 entender como se dava a tramitação na Assembleia e, então, terem mais clareza para melhor  
202 deliberar sobre o encaminhamento. Finalizando a apresentação do primeiro Comitê, o **Sr.**  
203 **Francisco Lopes** aproveitou para lembrar aos Coordenadores e membros dos Comitês  
204 Técnicos que deveriam digitar e enviar para a Secretaria Executiva do ConCidades o  
205 material que estava sendo apresentado, inclusive a Ata da reunião do Comitê, com a  
206 respectiva folha de frequência, para termos documentado que tipo de atuação cada comitê  
207 teve; o que encaminhou, o que realizou, para termos, ao final do ano, condições de avaliar a  
208 sua atuação. Em seguida, passou a palavra para o **Sr. José da Silva Souza**, da **Federação**  
209 **Sobralense das Associações Comunitária e Entidades Não Governamentais de Sobral-**  
210 **FESEC** e representante do Comitê de Saneamento, que apresentou o resultado da reunião,  
211 em forma de propostas de trabalho para aquele Comitê: Primeira proposta: promover ações  
212 junto ao Governo do Estado, para aprovação e implementação das políticas públicas de  
213 saneamento básico, conforme documento elaborado pelo Grupo de Trabalho do  
214 Saneamento, sob a coordenação do CONPAM, que está acompanhando isso no dia a dia;  
215 Segunda proposta: Agilizar, junto ao Governo do Estado do Ceará, o encaminhamento da  
216 minuta da Lei de Resíduos Sólidos, elaborada pelo Comitê de Saneamento Técnico, sob a  
217 coordenação do CONPAM, para a Assembleia Legislativa, para que sua aprovação ocorra  
218 até o final deste ano, visto que o projeto se encontra na PGE – Procuradoria Geral do  
219 Estado desde 2012. Neste caso, o Comitê sugeria que o ConCidades fizesse a cobrança junto  
220 à PGE e ao Governo do Estado; Terceira Proposta: Agilizar, junto ao CONPAM, a  
221 elaboração dos Planos Regionais de Gestão Integradas e Resíduos Sólidos, que está em fase  
222 de licitação, com a participação dos catadores de material reciclável, conforme a Lei  
223 nº12.305 de 2010; Quarta Proposta: Promover, junto a todos os municípios, a implantação  
224 da coleta seletiva, com a participação dos catadores de materiais recicláveis, conforme o  
225 artigo nº18 da Lei nº 12.305 de 2010, pois a participação dos catadores está deixando a  
226 desejar, em muitos municípios; Quinta Proposta: Solicitar ao Governo Federal a  
227 prorrogação do prazo da eliminação dos lixões, previsto para agosto de 2014, tendo em  
228 vista que a prorrogação da Lei dos Planos Municipais de Saneamento Básico foi também  
229 prorrogada. A solicitação da prorrogação deve sair do nosso Conselho; Sexta proposta:  
230 Promover ações junto à CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará, para fazer  
231 parcerias com as Associações de Catadores de Materiais Recicláveis, visando à reciclagem do  
232 óleo e a gordura residencial; Sétima Proposta: Solicitar à Secretaria das Cidades prioridade  
233 da licitação para o Projeto Pró-Catador e sua implantação, com a participação dos catadores  
234 de matérias recicláveis e sociedade civil; e Oitava Proposta: Priorizar ações junto ao  
235 Governo do Estado, para auxiliar os municípios na elaboração, implantação e execução dos



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

236 planos municipais de saneamento básico-PMSB, prorrogado para o dia 31 de dezembro de  
237 2015, e agilizar a captação de recursos, junto aos Governos Estadual e Federal, para a  
238 execução dos 12 aterros sanitários regionais, consorciados, em fase de projeto; Nona  
239 Proposta: Agilizar ações junto aos Governos Estadual e Federal, visando captar recursos  
240 para elaboração dos demais projetos de aterro sanitário, pois apenas para três já têm recurso  
241 garantido para a implantação. Atrás; Décima Proposta: Promover ações prioritárias, junto à  
242 CAGECE e à Prefeitura de Fortaleza, visando à despoluição das praias do município.  
243 Finalizada a apresentação, o **Sr. Mário Fracalossi (Sec. Adjunto da SCidades)**, sobre as  
244 propostas apresentadas, comentou que a Secretaria das Cidades já vinha tratando, mas que  
245 havia algumas coisas que realmente precisavam ser atacadas de imediato. Acrescentou que a  
246 Secretaria já tinha conversado com o IDECI e, também, com muitos prefeitos, com o  
247 envolvimento da APRECE em algumas ocasiões, assim como da ARCE - Agência  
248 Reguladora, porque havia tópicos da legislação de resíduos sólidos que já poderiam estar  
249 sendo implementados pelos municípios. Ressaltou que a coleta seletiva, por exemplo, que  
250 era o início de toda aquela cadeia, já poderia estar sendo implementada, e registrou que em  
251 alguns municípios já estava sendo feita, ainda de forma setorizada, mas que já havia um caso  
252 de sucesso, o de Crateús. Esclareceu, também, que o processo da coleta seletiva era um  
253 trabalho educativo, no qual se gastava pouco dinheiro, muito tempo, mas que poderia dar  
254 errado, se não tivesse o envolvimento das pessoas. Além disso, destacou que a coleta seletiva  
255 era uma forma de valorizar o trabalho dos catadores, melhorar a condição econômica e as  
256 condições de trabalho dessa população, porque hoje a própria legislação já previa que as  
257 prefeituras poderiam contratar diretamente os catadores organizados em cooperativas, para  
258 prestarem o serviço de coleta seletiva. Finalizou, colocando que as prefeituras não  
259 precisavam mais fazer uma licitação para buscar uma empresa, mas que, em boa parte, os  
260 municípios ainda não haviam atentado para isso, e que, portanto, tinha que se avançar no  
261 detalhamento daquele Plano de Ação, para poder ser feita a devida intervenção, cobrando  
262 ou orientando os municípios para que avançassem mais rapidamente naquela ação. Nessa  
263 ocasião, interveio o **Sr. Erivaldo Gomes de Oliveira (AAMA)** para ressaltar um ponto  
264 importante discutido no Comitê, mas não escrito, que era a formação e/ou conscientização  
265 dos gestores públicos municipais sobre a PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos,  
266 porque a maioria deles não tinha conhecimento algum o tema, com o que concordou,  
267 integralmente, o **Sr Natanael Mota (FBFF)**, pontuando que isso seria fundamental para  
268 desenvolver a questão do saneamento, no Ceará. Na sequência, a palavra foi passada para o  
269 **Sr. Cyro Régis**, da **Secretaria da Infraestrutura do Ceará-SEINFRA**, que indagou ao  
270 coordenador do Comitê de Saneamento como andava a questão da exploração do gás nos  
271 aterros sanitários da região metropolitana, sobretudo no aterro sanitário de Caucaia, e se o  
272 comitê havia pensado em alguma ação relativa àquela questão, tendo o Sr. Edmundo  
273 respondido que, quanto ao aterro de Caucaia, a gestão estava com a prefeitura, com o  
274 prefeito de Fortaleza, e que, inclusive encontrava-se em fase final. Quanto ao  
275 aproveitamento do gás, informou que, antes, os aterros deveriam ser construídos, para, só



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

276 então, promover-se a devida adequação. Concluiu, acrescentando que a gestão daqueles  
277 aterros havia passado para os consórcios, mas que esse era um tema que estava sendo  
278 estudado com muita preocupação. Dando sequência às apresentações, foi a vez do Comitê  
279 de Desenvolvimento Urbano, que através de sua representante, **Sra. Sandra de Souza, da**  
280 **Secretaria do Planejamento e Gestão -SEPLAG**, iniciou falando que o grupo discutiu  
281 sobre um Projeto de Lei que tramitava na Assembleia Legislativa, tratando da inclusão de  
282 novos municípios na Região Metropolitana de Fortaleza-RMF, para a Comissão Técnica do  
283 qual a Secretaria das Cidades não tinha sido convidada a participar, o que surpreendera a  
284 todos, de vez que ela era o órgão estadual responsável pela questão do desenvolvimento da  
285 cidade, do desenvolvimento regional. Dando seguimento, disse que a Sra. Carolina Rocha,  
286 coordenadora daquele Comitê, confirmara não haver recebido convite naquele sentido,  
287 acrescentando estar a Secretaria centrando esforços no Programa Minha Casa Minha Vida,  
288 ficando a questão do planejamento e desenvolvimento regional em segundo plano, e  
289 colocando que entendia ser inviável planejar habitação, planejar saneamento, planejar  
290 mobilidade, sem ter a visão do todo, pois era o planejamento e desenvolvimento regional  
291 que deveria nortear todos os outros planos. Nesse sentido, a Sra. Sandra informou que o  
292 Comitê colocava, por primeiro, no plano de ação, solicitar à Secretaria das Cidades que  
293 disponibilizasse para o Comitê os instrumentos técnicos e legais que existissem sobre  
294 planejamento e desenvolvimento regional, para leitura e apropriação do grupo, em relação  
295 ao tema, a partir do que o Comitê elaboraria, posteriormente, um relatório, com alguns  
296 pontos que considerasse importante para, finalmente, propor à Secretaria das Cidades que  
297 elaborasse a Política Estadual de Desenvolvimento Regional. Em segundo lugar, o grupo  
298 propôs a elaboração de um Projeto de Lei, a ser encaminhado ao senhor governador e à  
299 Assembleia Legislativa, definindo os critérios para a inclusão de novos municípios na região  
300 metropolitana, o que inexistia até aquele momento. Como proposta final, o Comitê pedia à  
301 Secretaria das Cidades que apoiasse a revisão dos planos de desenvolvimento regional e dos  
302 planos diretores, em razão da dificuldade que os municípios têm em fazê-lo. Neste último  
303 tópico, em particular, colocou que esse apoio poderia ser dado através do IDECI, que tem  
304 na promoção de capacitações uma de suas finalidades e dispõe de corpo técnico qualificado  
305 para realizá-lo. Em seguida, pediu a palavra o **Sr. Natanael Mota (FBFF)** para propor que  
306 a Comissão da Assembleia Legislativa fosse convidada a apresentar no ConCidades os  
307 critérios contidos no Projeto de Lei, ocasião em que o Conselho teria a oportunidade de  
308 avaliar a suficiência ou insuficiência daqueles critérios e sugerir alguma alteração, se julgasse  
309 necessária. Ainda sobre a apresentação do Comitê de Desenvolvimento Urbano, o **Sr.**  
310 **Mário Fracalossi (Vice-Presidente do ConCidades)** se manifestou, em relação à criação de  
311 novos municípios e inclusão na RMF, que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica  
312 do Ceará-IPECE já vinha fazendo um trabalho para apoiar a Assembleia Legislativa, no que  
313 diz respeito à definição dos limites municipais, que a Secretaria deveria avançar no tema e o  
314 Conselho poderia recomendar sua inclusão na pauta. Relativamente ao tema  
315 desenvolvimento regional, lembrou que na Conferência Nacional das Cidades, foi muito



**Governo do  
Estado do Ceará**  
*Secretaria das Cidades*

316 debatida a instituição da política de desenvolvimento urbano integrado, trabalho, este, que  
317 a Secretaria das Cidades não vinha realizando a contento. Acrescentou que achava ser dever  
318 do Conselho cobrar isso da Secretaria das Cidades, em razão da necessidade de avançar na  
319 elaboração de uma política de desenvolvimento urbano, fundamental para todas essas  
320 outras ações a ela vinculadas. Nessa linha de pensamento, ressaltou que o ministro, à época  
321 da Conferência, colocou qual era a proposta do ministério e enfatizou que os recursos  
322 públicos do ministério só seriam repassados para os municípios, se estes tivessem, de fato,  
323 um plano de desenvolvimento urbano, e que as intervenções deveriam ser executadas de  
324 forma integrada, ou seja, não se poderia fazer pavimentação sem a existência da rede de água  
325 e esgoto e drenagem. Nesse sentido, a proposta de política de desenvolvimento urbano  
326 deveria ser pensada pelos municípios de forma integrada, inclusive regionalmente. Concluiu  
327 dizendo que a Política de Desenvolvimento Econômico do Estado tem que ser transversal  
328 para todas as secretarias. Na sequência, o **Sr. Francisco Lopes (Secretário Executivo do**  
329 **ConCidades)** passou a palavra para o representante do Comitê de Transporte e Mobilidade  
330 Urbana, **Sr. Cyro Régis (SEINFRA)**, que apresentou duas linhas mestras que o Comitê  
331 entendeu constituírem-se os eixos temáticos de sua atuação e a partir dos quais definiria,  
332 posteriormente, suas ações. O Eixo A contemplaria as ações de transporte e mobilidade  
333 urbana dos Governos Federal, Estadual e Municipal, no âmbito das regiões metropolitanas  
334 e municípios do Estado do Ceará, abrangendo todas as modalidades de transportes, ou seja,  
335 Hidroviário, Ferroviário, Rodoviário e outros. O Eixo B, a Lei de nº 12.587 de 3 de  
336 janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana que,  
337 hoje, constituía o documento magno que regia todas as questões inerentes ao transporte e  
338 mobilidade urbana no País. Em seguida, relacionou todos os projetos compreendidos no  
339 Eixo A e no Eixo B. Relativamente ao Eixo A, citou o Projeto de Expansão do Aeroporto  
340 Pinto Martins, a cargo da Infraero - Governo Federal; o Terminal Marítimo de Passageiro  
341 do Porto do Mucuripe - Companhia Docas do Ceará e o Governo Federal; o Veículo Leve  
342 sobre Trilhos - VLT Parangaba/Mucuripe, no qual o Governo Federal, o Estado do Ceará e  
343 a Prefeitura de Fortaleza estão conjuntamente envolvidos; os Corredores de Transporte  
344 Urbano - BRTs, da Prefeitura de Fortaleza; acelerar a conclusão da Ponte da BR-304, no  
345 Aracati, cuja obra estava parada, fisicamente faltando muito pouco para ser concluída, e  
346 cuja demora na sua conclusão estava causando transtorno para toda aquela comunidade,  
347 bem como a construção de equipamentos, passarelas, rotatórias e acostamento; adequar os  
348 projetos das BR-304, BR-116 e estrada do algodão, à realidade do contexto urbano dos  
349 municípios. Com respeito a este item, esclareceu que a questão levantada pelos os membros  
350 do Comitê foi a deficiência muito grande que existe no deslocamento das pessoas,  
351 intramunicipal e intermunicipal, e lembrou que, em relação a essa questão, havia um Plano  
352 Diretor de Transporte Intermunicipal com base no qual, em 2009, o estado fez a licitação  
353 para o sistema de transporte no estado todo. Sugeriu, então, que o ConCidades e aquele  
354 Comitê convidassem o DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito, responsável pela  
355 gerência do transporte intermunicipal, para discutir com os membros do Conselho essa



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

356 questão. Feita essa consideração, deu continuidade relacionando, ainda, os seguintes  
357 projetos: Integração do VLT Crato/Juazeiro, com os modais vans e ônibus; Elaborar o  
358 plano de mobilidade urbana da região metropolitana do Cariri, adequando aos planos  
359 diretores dos municípios. Quanto ao Eixo B, foram definidas as seguintes atividades:  
360 Interagir com o Ministério das Cidades acerca do andamento do processo de  
361 implementação da Lei nº12.587, de 3 de janeiro de 2012, que tem alguns pontos muito  
362 interessantes, pois se harmoniza totalmente com o Estatuto das Cidades e estabelece que  
363 todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, terão que elaborar seus planos  
364 municipais de mobilidade urbana, dando, para isso, um prazo de 3anos, ou seja, até abril de  
365 2015. Por essa razão, achava que o ConCidades e aquele Comitê deveriam ter uma  
366 participação, para evitar que fossem criadas verdadeiras fábricas de planos de mobilidade  
367 urbana, ou seja, planos que não refletissem a realidade dos municípios, desconectados dos  
368 planos diretores municipais. Lembrou, ainda, que a própria Lei determinava que a não  
369 elaboração daquele documento impediria o município de receber investimentos para a área  
370 de transporte e mobilidade. Por isso mesmo achava importantíssimo a instalação dos  
371 Conselhos Municipais das Cidades, os quais poderiam ajudar bastante nessa questão. Por  
372 fim, apresentou também a proposição de criar um canal de comunicação para proporcionar  
373 aos municípios e à sociedade civil envolverem-se na execução, no acompanhamento e na  
374 avaliação da política pública local e regional, de mobilidade urbana. Encerrada a  
375 apresentação dos Comitês, avançou-se para o próximo ponto da pauta, ou seja, a Eleição de  
376 Entidade do Segmento Movimentos Sociais e Populares – Entidade SUPLENTE.  
377 Considerando a ausência dos representantes de todas as três entidades selecionadas através  
378 do Edital, concorrentes à vaga, os conselheiros, após amplo debate, deliberaram, por  
379 unanimidade, transferir a referida eleição para a próxima reunião ordinária do Conselho.  
380 Sobre a apresentação do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, os **Srs. Pedro**  
381 **Magalhães (Associação Beneficente de Guaiúba-ASBEG)** e o **Sr. Natanael (FBFF)**  
382 sugeriram que no plano de ação do Comitê fosse inserida questão da integração dos modais,  
383 da região metropolitana com a de Fortaleza. Sobre os planos dos Comitês, o **Secretário**  
384 **Mário Fracalossi** complementou, dizendo que era fundamental que no escopo do plano  
385 houvesse um modelo para o seu gerenciamento. Na oportunidade, o **Sr. Cyro Régis**, sobre  
386 a preocupação manifestada pelos **Srs. Pedro e Natanel**, esclareceu que já existe um estudo  
387 de integração dos sistemas de transporte público na Região Metropolitana de Fortaleza, no  
388 qual está prevista a integração dos diferentes modais ao metrô na estação terminal, que fica  
389 em Vila das Flores, portanto, a questão apresentada já estaria equacionada, porque já existia  
390 estudo e projeto. O **Sr. Francisco Lopes (Secretário Executivo do ConCidades)**, então,  
391 avançou ao nono ponto da pauta, ou seja, a Proposta de Alteração do Regimento do  
392 ConCidades, com a respectiva aprovação das Resoluções Normativas pertinentes, que, após  
393 lidas, na íntegra, e comentadas, foram aprovadas por unanimidade pelo plenário. Na  
394 sequência da pauta, foi apresentada Proposta dos Seminários Regionais, com a submissão da  
395 respectiva Resolução Recomendada ao plenário, que também a aprovou por unanimidade.



## Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

396 Concluindo a apresentação das Resoluções previstas em pauta, avançou-se para a Proposta  
397 do Pacto do Desenvolvimento Urbano, acompanhada da respectiva Resolução  
398 Recomendada. Sobre o tema, o **Sr. Anderson Rafael (APRECE)** sugeriu que fosse criado  
399 um grupo de trabalho multidisciplinar, integrado pelo ConCidades, Secretaria das Cidades  
400 e pelo Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa, para acompanhar os trabalhos.  
401 O **Sr. Mário Fracalossi (Vice-Presidente do ConCidades)** concluiu, propondo, se todos  
402 concordassem, que a Resolução fosse aprovada naquele formato e que o ConCidades  
403 delegasse à Coordenação Executiva a elaboração do documento preliminar, para posterior  
404 apresentação ao plenário, com o que todos concordaram, de pronto, aprovando, assim, a  
405 proposta formulada. Encerrado esse tópico, o **Sr. Francisco Lopes** avançou para o décimo-  
406 segundo ponto da pauta, ou seja, Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região  
407 Metropolitana do Cariri, Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região  
408 Metropolitana de Fortaleza e Extinção do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social  
409 - FEHIS. A respeito do assunto, o Sr. Mário Fracalossi colocou que achava importante,  
410 antes de qualquer coisa, que todos entendessem como e por que foram concebidos esses  
411 fundos, quais as suas finalidades e para o que se prestavam, de fato. Neste sentido, sugeria  
412 que fosse elaborado um detalhamento para ser apresentado a todos na próxima reunião,  
413 sugestão, esta, que foi aprovada pelo plenário, devendo o tema ser incluído na pauta da  
414 próxima reunião do Conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por  
415 encerrada pelo Vice-Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi Júnior, e pelo  
416 Secretário Executivo do ConCidades, Francisco Lopes.

**Mário Fracalossi Júnior**  
Secretário Adjunto das Cidades  
Vice-Presidente do ConCidades